

I Curso de Pós-Graduação de Direito do Urbanismo e do Turismo (2023/2024)

Coordenadores

Prof. Doutor Claudio Monteiro / Prof. Doutor João Miranda / Dr. Diogo Calado

Apresentação

Dando sequência a anteriores cursos sobre contratação pública, procedimento administrativo e Direito Administrativo dos Bens, o Instituto de Ciências Jurídico-Políticas vai realizar, em parceria com o Conselho Regional da Madeira da Ordem dos Advogados, o I Curso de Pós-Graduação de Direito do Urbanismo e do Turismo.

Tendo por base a experiência de iniciativas semelhantes realizadas no Algarve e a adesão que têm merecido os cursos de pós-graduação realizados na Madeira, promove-se no ano letivo de 2023/2024 um curso que realiza a combinação das matérias de Direito do Urbanismo com as de Direito do Turismo.

Neste Curso abordam-se as matérias centrais do Direito do Urbanismo, com sessões que percorrem o regime dos solos, o planeamento, o regime das operações urbanísticas e os seus procedimentos, a reabilitação urbana, o fenómeno da contratualização associada ao urbanismo, as formas de reação face a ilegalidades urbanísticas e as modalidades de responsabilidade dos atores públicos e privados pela realização de operações urbanísticas. Aguardando-se a aprovação em breve da Proposta de Lei n.º 77/XV, que promove a simplificação de procedimentos urbanísticos, irá procurar-se analisar as suas implicações sobre os regimes legais regionais relativos ao sistema de gestão territorial e à urbanização e edificação, respetivamente Decreto Legislativo Regional n.º 18/2017/M, de 27 de junho, e Decreto Legislativo Regional n.º 7/2011/M, de 16 de março.

A inaugurar o curso será realizada uma conferência inaugural sobre a simplificação de procedimentos urbanísticos em outubro de 2023, aguardando-se que já tenha sido entretanto aprovada a reforma legislativa de modificação dos principais diplomas em matéria urbanística.

Por outro lado, considerando o desenvolvimento que o setor do turismo tem conhecido no decurso dos últimos anos e a sua relevância para o desenvolvimento económico da Região da Madeira, o Curso abarca igualmente matérias ligadas ao Direito do Turismo que se interseccionam com o Direito do Urbanismo, como se verifica com o controlo prévio da instalação de empreendimentos turísticos, a renovação, reestruturação e regularização destes empreendimentos, bem como com o fenómeno do turismo residencial e do alojamento local, que tem reflexos também no mercado imobiliário para a habitação.

O curso é destinado a Advogados, Magistrados, Juristas que prestam serviços a entidades ligadas aos setores da construção, do imobiliário e do turismo, Arquitetos, Engenheiros que trabalhem no setor, Dirigentes e Trabalhadores de entidades públicas com funções nas áreas do urbanismo e do turismo e também a Recém-licenciados que pretendam

apostar num domínio promissor do Direito Público, com crescente relevância na vida das pessoas e das empresas.

Período de realização do curso: 1.º semestre do ano letivo de 2023/2024

Curso realizado em parceria com o Conselho Regional da Madeira da Ordem dos Advogados

Duração e horário

54 horas letivas, repartidas por 12 sessões (4h30), de 27 de outubro de 2023 a 9 de fevereiro de 2024.

As sessões decorrem no Funchal, na sede do Conselho Regional da Madeira da Ordem dos Advogados, à sexta-feira, entre as 14:30 e as 19:30, com dois intervalos de 15m.

Número de vagas

30 participantes (admitidos segundo ordem de inscrição).

Propina

- €1500
- 20% de desconto para Advogados e Advogados Estagiários inscritos no Conselho Regional da Madeira da Ordem dos Advogados.

Inscrições

- Inscrições *online* até ao dia 23 de outubro de 2023: através do botão respetivo, no menu vermelho, acima nesta página.
- Para as modalidades de propina reduzida, deverá selecionar a opção “desconto previsto no curso”, antes de selecionar o valor a pagar, selecionando depois o valor referente à modalidade em que se enquadra e fazendo *upload* do respetivo comprovativo.
- Não necessita enviar comprovativo dos pagamentos multibanco feitos na sequência da inscrição *online*, pois eles são enviados diretamente pela rede.
- As inscrições ficam confirmadas com a regularização do respetivo pagamento.
- As entidades que necessitem de emissão prévia de fatura, deverão contactar o secretariado do ICJP, após efetuarem a inscrição *online*, onde deverão selecionar a modalidade de pagamento por transferência bancária. No caso de múltiplas

inscrições regularizadas com um único pagamento, quando do envio do comprovativo, deverão ser identificadas as inscrições a que o mesmo diz respeito.

Certificados

Será emitido um **Certificado de Frequência** aos alunos que tenham estado presentes em, no mínimo, três quartos das sessões.

A emissão de um **Certificado de Pós-Graduação** depende da entrega de um trabalho escrito, a elaborar e a avaliar nos termos do Regulamento que acompanha este Programa.

Contactos

Dra. Telma Oliveira, de 2.^a a 6.^a, 11h00-13h30 e 14h30-19h00.

Telefone: 217820265 – Telemóvel: 933469330 – e-mail: icjp@fd.ulisboa.pt

PROGRAMA

Data	Temas	Docente
27/10/2023	<i>Estatuto jurídico do solo e poderes da Administração Pública sobre o solo e política de solos</i> <ul style="list-style-type: none">• O estatuto jurídico da propriedade imobiliária urbana• Domínio Público e Urbanismo• Servidões e restrições de utilidade pública. As relações entre as normas urbanísticas e as Reservas Agrícola e Ecológica Nacional• Meios de intervenção da Administração Pública no solo	ANTÓNIO DUARTE DE ALMEIDA
3/11/2023	<i>Procedimento de elaboração dos planos</i> <ul style="list-style-type: none">• Elaboração técnica• Tramitação procedimental, discussão pública e aprovação• A avaliação ambiental estratégica de planos e programas e a sua articulação com a avaliação de impacto ambiental de projetos com relevância urbanística• A identificação de condicionantes nos planos municipais	ANA BARROCO

	<ul style="list-style-type: none"> Experiências práticas de elaboração de planos municipais <p><i>A contratualização do planeamento</i></p> <ul style="list-style-type: none"> Os contratos para planeamento: formação, efeitos e natureza 	
10/11/2023	<p><i>Relações entre instrumentos de gestão territorial. Dinâmica e medidas cautelares dos planos. Aplicação das normas de planeamento no tempo</i></p> <ul style="list-style-type: none"> As relações entre instrumentos de natureza estratégica e instrumentos de natureza regulamentar A adaptação dos planos municipais aos programas especiais e regionais A alteração, a revisão e a suspensão dos planos As medidas cautelares: medidas preventivas e normas provisórias A suspensão de concessão de licenças Sucessão de normas, atos de controlo prévio de operações urbanísticas no tempo e princípio <i>tempus regit actum</i> 	JOÃO MIRANDA
17/11/2023	<p><i>Conteúdo dos planos. Expropriações dos planos, compensação, indemnização e justa redistribuição de benefícios e encargos</i></p> <ul style="list-style-type: none"> A classificação e a qualificação dos solos nos planos municipais As expropriações dos planos A compensação e a indemnização pelo sacrifício de direitos consolidados A indemnização pelas medidas cautelares A perequação compensatória de benefícios e encargos do planeamento 	CLAUDIO MONTEIRO
24/11/2023	<p><i>O controlo prévio de operações urbanísticas</i></p> <ul style="list-style-type: none"> Âmbito e natureza dos procedimentos de controlo prévio (licença administrativa, comunicação prévia e autorização de utilização) Obras particulares isentas de controlo prévio. As obras 	DAVID PRATAS BRITO

	<p>de conservação e de alteração no interior dos edifícios e outras obras de escassa relevância urbanística</p> <ul style="list-style-type: none"> • Obras públicas e urbanismo. (A isenção de) controlo das operações urbanísticas promovidas pela Administração Pública • As consultas a entidades externas 	
15/12/2023	<p><i>As normas de urbanização, de edificação e da construção. A informação prévia, a proteção do existente e a tutela da confiança dos particulares</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • A regulamentação municipal de aspetos relativos à urbanização e à edificação • Os regulamentos técnicos da atividade de construção e o Regulamento Geral das Edificações Urbanas • Natureza e efeitos da informação prévia sobre a viabilidade de operações urbanísticas • A proteção do existente e a superveniência de normas de planeamento urbanístico 	PEDRO MONIZ LOPES
5/1/2024	<p><i>Estrutura fundiária das operações urbanísticas</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • A divisão da propriedade para fins urbanísticos. O parcelamento, o loteamento do solo e os destaques • Cedências urbanísticas • Loteamentos urbanos e propriedade horizontal: áreas comuns dos loteamentos e aplicação das regras da propriedade horizontal • Consequências registais das declarações de nulidade de licenças de loteamento • Loteamentos de empreendimentos turísticos 	LUCIANO MARCOS
12/1/2024	<p><i>Invalidez dos atos de controlo prévio das operações urbanísticas e medidas de tutela da legalidade urbanística</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Forma e regime de invalidez dos atos de controlo prévio das operações urbanísticas • A atuação processual do Ministério Público para defesa da legalidade dos atos de controlo prévio das operações urbanísticas • A regularização de operações urbanísticas 	DIOGO CALADO

	<ul style="list-style-type: none"> • A adoção de medidas de tutela da legalidade urbanística • 	
19/1/2024	<p><i>A reabilitação urbana e a habitação</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Reabilitação urbana e política de habitação • O direito fundamental à habitação • Os instrumentos da política de habitação • Regime jurídico da delimitação das áreas de reabilitação urbana • A obrigação de reabilitar e o seu incumprimento. A realização de obras coercivas, a expropriação e a venda forçada de imóveis em áreas de reabilitação urbana • O planeamento de operações de reabilitação urbana • Os contratos de execução de operações de reabilitação urbana. A concessão de reabilitação urbana e o contrato de reabilitação urbana <p>A política de habitação e reabilitação urbana e o PRR</p>	DOMINGOS SOARES FARINHO
26/1/2024	<p><i>As modalidades de responsabilidade pela realização de operações urbanísticas</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • A responsabilidade civil da Administração por ações e omissões no controlo de operações urbanísticas • A responsabilidade civil dos intervenientes no processo de construção • A responsabilidade penal dos intervenientes no processo de construção • As contraordenações urbanísticas e a impugnação da aplicação de sanções nos tribunais administrativos <p><i>Contencioso do urbanismo: estudos de casos</i></p> <p>Apreciação de jurisprudência administrativa em matéria de responsabilidade e de contraordenações urbanísticas</p>	TIAGO SERRÃO
2/2/2024	<p><i>Direito do Turismo: princípios gerais e ordenamento do turismo</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Principais instrumentos jurídicos nacionais e 	ISABEL MORAES CARDOSO

	<p>internacionais em matéria de turismo</p> <ul style="list-style-type: none">• Turismo e instrumentos de planeamento territorial <p>Turismo sustentável</p> <p><i>Empreendimentos turísticos (I)</i></p> <ul style="list-style-type: none">• Tipologias e características dos empreendimentos turísticos• Os sistemas internacionais de classificação de empreendimentos turísticos e o modelo português• Empreendimentos turísticos e instrumentos de planeamento territorial• Procedimentos de controlo prévio das operações de instalação de empreendimentos turísticos• Novas formas de alojamento turístico• A utilidade turística	
9/2/2024	<p><i>Empreendimentos turísticos (II)</i></p> <ul style="list-style-type: none">• Questões registais dos empreendimentos turísticos• Direitos reais de habitação periódica, direitos de habitação turística e outras formas de comercialização• A exploração e o funcionamento dos empreendimentos turísticos. Direitos e deveres da entidade exploradora de empreendimentos turísticos e dos proprietários. O contrato de exploração turística• Constituição de empreendimentos turísticos em propriedade plural. Forma e conteúdo dos títulos constitutivos. Negócios jurídicos sobre unidades de alojamento empreendimentos turísticos em propriedade plural• A renovação e a reestruturação jurídica de empreendimentos turísticos em propriedade plural	GONÇALO REINO PIRES